

## Uma janela de oportunidades

*RIBAMAR OLIVEIRA*

Nos encontros que manteve com os assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, ao longo das últimas semanas, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, mostrou a disposição do atual governo de colaborar para a aprovação pelo Congresso, logo após as eleições, de medidas que possam ajudar a futura administração.

No entendimento da equipe de Michel Temer, há uma janela de oportunidades ainda neste ano que, se bem aproveitada, poderá mudar o atual cenário das contas públicas e melhorar as expectativas do mercado para a retomada do crescimento da economia. Assim, o novo governo já começaria com algumas das atuais dificuldades superadas.

É evidente que a disposição do atual governo em colaborar pode não encontrar ressonância em alguns candidatos, que desejam justamente desmontar quase tudo o que foi feito por Temer, a começar pelo teto de gastos da União. Pelo menos no

discurso.

A ideia é aprovar medidas logo após as eleições

Mas há aqueles também cujas divergências com a atual orientação na área econômica são mais pontuais, de forma ou de ênfase, do que de conteúdo, propriamente dito. Se um destes for eleito, certamente o convite à colaboração poderá ser aceito e o atual presidente poderá encaminhar, ainda com o atual Congresso, a votação de medidas importantes.

A primeira delas, sem dúvida, é a reforma dos regimes previdenciários. Se o presidente eleito for favorável à reforma, a proposta que já passou pela comissão especial da Câmara dos Deputados poderá ser retomada e, com uma grande probabilidade, aprovada ainda neste ano pelos deputados, em primeiro e segundo turno. Mesmo que a votação no Senado fique para o início de 2019, o fato de a reforma ter passado pela Câmara desanuviaria o horizonte para a futura administração,

permitindo um início de governo mais tranquilo para o novo presidente.

A agenda do ministro Guardia para ser trabalhada no Congresso logo após as eleições tem mais nove itens. O primeiro é o projeto de lei que altera a tributação dos fundos de investimento fechados e dos fundos de investimento em participações (FIP). Caso o projeto seja aprovado, o governo estima uma receita de R\$ 10,7 bilhões em 2019, que foi incluída na proposta orçamentária do próximo ano, a ser enviada amanhã ao Congresso. Para vigorar no próximo ano, as mudanças nos fundos terão que ser aprovadas até o dia 31 de dezembro por causa do princípio da anterioridade.

O segundo projeto é o que aumenta a segurança jurídica e a atratividade para a venda da Amazonas Energia, a maior das seis distribuidoras administradas pela Eletrobras. Sem a privatização da distribuidora, só existem duas alternativas: a estatal continuar operando, jogando o déficit nas contas de luz de todos os





consumidores do país, ou gastar bilhões de reais com a liquidação dessa empresa.

Um terceiro projeto estabelece regras claras para o acerto de contas entre a União e a Petrobras em torno da cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal, contrato fechado em 2010 e que até agora não foi revisto, como estava previsto. A aprovação do projeto permitirá que o governo realize um leilão do excedente de petróleo dos campos da cessão onerosa, com receita que poderá superar R\$ 100 bilhões, de acordo com estimativas do Ministério de Minas e Energia.

Certamente, qualquer presidente gostaria de iniciar o seu governo tendo essa montanha de dinheiro em caixa. Os recursos serão importantes para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das finanças públicas em 2019, que proíbe que as operações de crédito da União superem a despesa de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida).

Em junho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamenta a duplicata eletrônica, criando um registro nacional desse título de crédito. O esforço, então, seria apenas para aprová-lo no Senado após as

eleições. O projeto que muda as regras para a inclusão de consumidores no cadastro positivo já foi aprovado pelo Senado e, na Câmara, falta apenas votar alguns destaques ao texto apresentados por deputados. A votação, portanto, poderá ser rapidamente concluída.

Em maio, Temer enviou ao Congresso projeto de lei para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. O governo acha que é possível aprová-lo na janela legislativa após as eleições, juntamente com o projeto que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta - o chamado distrato.

Um projeto, já aprovado pelo Senado, e que está sendo analisado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, altera as relações do Banco Central com o Tesouro Nacional. A atual equipe econômica considera que a legislação atual permite que o BC financie o Tesouro e que é indispensável acabar com isso.

Atualmente, o lucro contábil do Banco Central com as reservas internacionais é transferido para o caixa único do Tesouro, podendo inclusive financiar despesas primárias.

O "lucro" é obtido porque as reservas são contabilizadas em reais. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar, o valor das reservas na moeda nacional aumenta. Esse aumento é considerado lucro e transferido ao Tesouro, em dinheiro, ao final de cada semestre. O lucro é puramente contábil porque não houve venda das reservas.

O projeto, aprovado pelo Senado, prevê que o "lucro" será transferido para uma "reserva de resultado" dentro do balanço do próprio BC e será usado para cobrir os prejuízos da autoridade monetária. Ou seja, não vai mais suprir de recursos o Tesouro.

Um último projeto é o mais polêmico, pois define a independência operacional do Banco Central. Ele chegou a ser patrocinado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas terminou parado. Não há consenso em torno dele nem mesmo entre os candidatos que estão mais próximo da atual orientação da política econômica.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

## Reajuste de servidores reduz ainda mais investimento em 2019

Por Edna Simão, Carla Araújo,  
Ribamar Oliveira e Fabio Pupo | De  
Brasília

A decisão do presidente Michel Temer de manter o reajuste dos salários dos servidores públicos civis do Executivo em 2019 deve fazer com que o orçamento para investimentos despenque no primeiro mandato do próximo presidente. O limite de orçamento para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 21,752 bilhões neste ano, poderá cair para algo como R\$ 17 bilhões em 2019.

Os valores ainda poderão ser revisados. Na sexta-feira o presidente fará nova reunião para fechar a proposta de Orçamento de 2019.

O Ministério do Planejamento havia proposto a Temer o adiamento do reajuste dos servidores de 2019 para 2020 para conseguir uma economia de R\$ 6,9 bilhões. Com essa "folga", a ideia da equipe econômica era, dentre outras coisas,

reforçar os investimentos do PAC e da área social. Temer, no entanto, decidiu manter o aumento. Com isso, o Orçamento terá que ser cortado.

O investimento do PAC faz parte das despesas chamadas discricionárias, ou seja, aquelas que o governo tem espaço para reduzir, mas cortes elevados podem paralisar a máquina pública por falta de recursos ("shut down"). O limite das despesas discricionárias é de R\$ 113,603 bilhões neste ano. Pelas estimativas da equipe econômica, com o reajuste salarial dos servidores esse valor poderá cair para R\$ 90 bilhões.

Segundo fonte da equipe econômica ouvida pelo Valor, os técnicos estão buscando resguardar as áreas sociais e os investimentos. Os técnicos do Ministério do Planejamento chegaram a preparar duas versões da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, que precisa ser encaminhada ao Congresso até sexta-feira. Uma delas previa o adiamento do reajuste, e a outra, não.

Em nenhuma das versões estava prevista corte linear no Orçamento para compensar o reajuste. Fonte do Palácio do Planalto reforçou que "haverá cortes em outras áreas, principalmente em investimentos".

Além de investimento cada vez menor em 2019, o desejo do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) de reajustar em 2019 os benefícios do Bolsa Família pela inflação ficará muito difícil de se concretizar.

Para tomar a decisão, Temer levou em conta o fato de ter firmado acordo com os ministros do Supremo Tribunal Federal para conceder reajuste de 16,38% na remuneração dos magistrados em troca do fim do auxílio-moradia e a perspectiva de que o Legislativo tentará aprovar aumento dos salários após as eleições.

A decisão de Temer foi tomada ontem após uma série de reuniões que a equipe da Junta Orçamentária vem tendo esta semana para fechar as contas deste ano e Orçamento de





2019. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, coordenou as reuniões com diversas pastas para que elas apresentassem o seus "balanços".

Amanhã pela manhã Temer receberá ministros da Junta orçamentária e a ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, para uma reunião de apresentação sobre o que será feito em relação aos remanejamentos do Orçamento deste ano e o texto final do de 2019.

O governo discute ainda remanejamentos de recursos deste ano para obras que possam ser concluídas e servir de palanque para que Temer possa apresentar algum legado até o fim de seu mandato.

Nas reuniões com ministros para fechar as contas de 2018, segundo fontes, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, pediu que todas as pastas encaminhassem a previsão de empenho até o fim do ano. No caso do Ministério dos Transportes, por exemplo, o governo pediu que o ministro Valter Casimiro apresentasse também um cronograma de obras, para que possa ser possível priorizar as que podem ser finalizadas até o fim do ano.

A secretária-executiva do

Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou ontem que a escolha do governo pelo não adiamento do reajuste de servidores no ano que vem não impede o ajuste fiscal por causa das regras fiscais existentes - como a norma do teto de gasto.

Ela foi questionada sobre as consequências para o Orçamento de uma decisão do presidente Michel Temer de não postergar o reajuste de servidores no ano que vem. "Isso vai constar do Orçamento, consignado dentro da peça orçamentária que será enviada ao Congresso nos próximos dias", afirmou.

"O ajuste será feito de qualquer forma porque há um teto de gastos e as previsões de receitas, se tiverem melhorado, trazem melhor resultado ao governo. Temos uma meta de primário e uma regra do teto e isso define as balizas gerais do que propusemos para o ajuste fiscal. Um ajuste gradual, ao longo do tempo. Dentro desse aspecto, as escolhas são feitas e esse processo acontece dentro do regime democrático", disse. Mesmo assim, ela ressalta que a Fazenda tem defendido a redução dos gastos obrigatórios.

Questionada sobre o risco para a regra de teto diante da crítica de candidatos à Presidência sobre a

norma constitucional e de medidas de aumento de gastos como o reajuste de servidores, a secretária voltou a defendê-la. "A regra do teto tem um componente importantíssimo, a previsibilidade de longo prazo quanto à trajetória de gastos", disse.

A proposta orçamentária para o próximo ano foi elaborada com a previsão de crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 e de inflação de 4,2%, de acordo com fontes credenciadas do governo.

Quando enviou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), em abril, a previsão do governo para a expansão econômica no próximo ano era de 3% e a expectativa de inflação era de 4,25%.

As novas previsões oficiais praticamente se igualam às expectativas do mercado. De acordo com o último boletim Focus, editado pelo Banco Central, o mercado estima um crescimento econômico de 2,5% para o próximo ano e 4,12% para a inflação. Para este ano, a previsão do governo é de crescimento de 1,6%, um pouco acima da do mercado (de 1,47%) e de uma inflação de 4,2%, contra uma expectativa de 4,12% do mercado.

## 'Regra de ouro' terá ajuda de lucro do BC

Por Isabel Versiani e Fábio Pupo  
| De Brasília

A transferência do lucro de R\$ 165,9 bilhões apurado pelo Banco Central no primeiro semestre para o Tesouro Nacional ajuda no cumprimento da chamada "regra de ouro" das finanças públicas, afirmou o chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira do BC, Arthur Andrade.

A regra, prevista na Constituição Federal, proíbe que o governo emita dívida em valor superior às suas despesas de capital (essencialmente investimentos). Ou, dito de outra forma, que o governo se endivide para cobrir gastos correntes.

O lucro do BC é transferido para a conta única do Tesouro como resultado financeiro - não há impacto sobre o resultado primário, mas os recursos abatem a dívida pública líquida. O secretário do Tesouro,

Mansueto Almeida, já anunciou que o governo não pretende usar esse saldo para o cumprimento da regra de ouro em 2018, mas os recursos ficarão na conta e poderão ser usados pelo próximo governo para fechar as contas em 2019.

O resultado do BC relativo ao primeiro semestre foi aprovado ontem pelo Conselho Monetário Nacional. O ganho bilionário foi impulsionado pela depreciação de 16,5% do real frente ao dólar no período. A depreciação eleva o valor em reais das reservas internacionais do país, na casa de US\$ 380 bilhões.

No semestre, o BC teve um ganho de R\$ 146,2 bilhões em suas operações com as reservas e com os contratos de swap cambial. As suas demais operações, com títulos públicos e compromissadas, geraram um resultado positivo de R\$ 19,7 bilhões.

"Um resultado positivo ou

negativo não significa que o BC tenha sido mais ou menos eficiente", afirmou Andrade, acrescentando que a atuação da autoridade monetária visa cumprir sua missão, que envolve enxugar liquidez, garantir o cumprimento da meta de inflação e absorver choques externos.

Andrade não quis fazer projeções sobre o resultado da autarquia no segundo semestre, ponderando que ele vai depender essencialmente da variação do câmbio no período.

Apesar de o repasse do lucro do BC facilitar a gestão das contas do Tesouro, o governo apoia projeto em tramitação no Congresso que prevê a redução do fluxo de recursos entre as duas instituições. O texto, já aprovado no Senado, cria uma reserva de resultado para equalizar os ganhos e perdas do BC com as operações cambiais. Esses resultados, portanto, deixariam de ser repassados à conta única.

## Proposta de regras para renúncia fiscal está com Casa Civil

Por Fábio Pupo | De Brasília

A secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou ontem que uma proposta de decreto para regulamentar o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobre renúncias de receitas, já foi elaborada pela pasta e está atualmente na Casa Civil.

Atualmente, o artigo 14 da LRF diz que a concessão ou a ampliação de renúncia de receitas deverá estar acompanhada de estimativa do impacto fiscal e ainda deverá atender a pelo menos uma de duas condições. A primeira é a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. A outra é que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita.

A proposta nasceu após o Congresso aprovar programas de

parcelamento de débitos tributários (Refis) sem que fossem implementadas compensações de receitas.

Vescovi criticou os sucessivos Refis feitos no país, dizendo que eles dão vantagem a quem deixa de pagar impostos em dia. "Temos feito essa discussões [com o Congresso] demonstrando que isso tem efeito perverso para a arrecadação tributária e portanto sobre os orçamentos. O Ministério da Fazenda tem demonstrado isso, e a Receita [Federal] tem várias notas técnicas já publicadas, inclusive, que levam informações pro debate", afirmou.

Ela disse que pautas importantes elencadas pelo governo como prioritárias tiveram avanço no Congresso, como a extinção do Fundo Soberano e a duplicata eletrônica. Mas reconheceu que alguns projetos estão mais adiantados que outros.

Vescovi afirmou também que a proposta atualmente defendida por

Estados na discussão da Lei Kandir geraria gastos de R\$ 39 bilhões para a União "sem nenhum respaldo técnico". Ela disse que a falta de entendimento sobre o assunto pode levar "todos a perder". Criada nos anos 1990, a Lei Kandir isentou de ICMS a exportação de bens primários e semiacabados. Atualmente, os Estados continuam demandando compensações.

Para ela, isso ameaça o quadro fiscal. "Se isso for feito, implica mais agravamento do ajuste fiscal e perda de capacidade de crescimento da economia. Poucos Estados ganham e ganham muito pouco em razão dessas transferências. A maioria dos que perdem é formada por Estados pobres do Norte e do Nordeste."

Ela diz que alguns entes querem, inclusive, dar fim à Lei Kandir. "E ainda há a proposta alternativa de acabar com a Lei Kandir, responsável por multiplicar por cinco as exportações brasileiras. O crescimento acelerado das exportações gera aumento da base tributável e atividade econômica. O





Brasil ganhou com a Lei Kandir e perde hoje com essa falta de cooperação, que pode levar todos a perder. Precisamos enfrentar esses incentivos que nosso sistema federativo tem contra a cooperação", disse.

Segundo ela, o Ministério da Fazenda levou na terça-feira ao Tribunal de Contas da União (TCU) estudos sobre o tema. "Levamos todos nossos estudos técnicos sobre como nos posicionamos em relação à Lei Kandir após duas décadas da implementação, todas as distorções que vemos no debate atual sobre os cálculos feitos e os impactos sobre as alternativas postas", disse.

Vescovi afirmou que a Fazenda

reforçou ao TCU a ideia de que a Lei Kandir foi bem-sucedida e que as transferências aos Estados já foram suficientes.

"Acreditamos que a Lei Kandir é um caso bem-sucedido de cooperação federativa, que o processo de transferências via seguro receita foi adequado para evitar perdas de receitas nos Estados e se extinguiu. Hoje vemos que o processo de transferências da Lei Kandir já cumpriu seu papel. Essa discussão que fomos levar com número e estudos ao TCU, que agora fará o que a liminar do STF designou, que é a aplicação desses cálculos", afirmou a secretária.

## Dinheiro, tem. Mas acaba

### *Carlos Alberto Sardenberg*

O próximo presidente vai gastar muito dinheiro — algo em torno de R\$ 1,4 trilhão. Essa espantosa despesa consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pelo Congresso, e que será a base do projeto de Orçamento federal para 2019 — o qual, aliás, será encaminhado amanhã ao Legislativo.

Olhando o dinheiro, muitos candidatos se encantam. E os candidatos liberais se encantam mais ainda quando verificam que a União dispõe de estatais e imóveis. Já pensaram? Vendem-se ativos, pagam-se dívidas e tomam-se gastos sociais e investimentos.

Pura ilusão. O presidente vai mesmo gastar aquele trilhão e tanto, mas não vai decidir onde e como.

Começando pelo Orçamento, conforme os parâmetros da LDO. A maior parcela vai obrigatoriamente para benefícios do INSS, nada menos que R\$ 635 bilhões. Depois, vem a folha de salários e encargos do funcionalismo, com R\$ 322 bilhões. Em seguida, a conta de despesas sociais, como o benefício de prestação continuada. Mais R\$ 225 bilhões. Somando essas três rubricas, já se foi a parcela de 83,5% do gasto total.

Há ainda despesas que podem ser remanejadas aqui e ali, mas têm que ser feitas, por determinação

constitucional, em educação e saúde. Isso leva mais R\$ 135 bilhões.

Tudo somado e subtraído, daquela espantosa cifra inicial sobra para o próximo presidente decidir onde gastar a mixaria de R\$ 98 bilhões, algo como 7% da despesa total. E para todo o funcionamento da máquina e investimentos.

É verdade, que na parte das receitas, tem um dinheiro bom — R\$ 303 bilhões — que são renúncias fiscais, ou dispensa do pagamento de impostos para diversos setores e empresas. É tentador: cancelem-se algumas isenções e aparecem mais alguns bilhões.

Verdade, mas as isenções não caíram do céu. Foram colocadas no Orçamento por lobbies políticos e econômicos bastante poderosos, que continuam todos por aí. Não será fácil eliminá-las, tudo dependendo de negociações no Congresso. Dirão: o presidente recém-eleito vem com muita força. Mas os deputados e senadores também estarão carregados de votos novos.

Deve-se notar ainda que todas as despesas previstas para 2019 na LDO registram aumentos em relação a este ano. Há, por exemplo, reajustes salariais para diversas categorias, inclusive para juizes. A conta de aposentadorias continua subindo. Há candidatos falando em

introduzir o orçamento de base zero. Significa eliminar todas as vinculações e regras obrigatórias. Bacana, mas depende de um amplo conjunto de emendas constitucionais e centenas de leis. E o dinheiro das privatizações e imóveis? De fato, há estatais que valem dinheiro, como a Petrobras e o Banco do Brasil, não por acaso aquelas cuja venda tem mais restrição política, ideológica e de poderosas corporações. E os imóveis? No balanço patrimonial da União aparece uma fortuna, pouco mais de R\$ 1 trilhão, com a observação de que muitos imóveis podem estar subavaliados.

Todo governante novo — por novo entendendo-se aquele que nunca esteve no poder federal — começa com essa expectativa, de fazer caixa com a alienação de imóveis.

Mas quando se olha a coisa no detalhe, o quadro muda bastante. Nesse trilhão e tanto, encontram-se: parques, reservas, quartéis das Forças Armadas, prédios de repartições e escolas, os tais palácios, residências, como o Alvorada ou o Jaburu, e até estradas.

É verdade que se poderia vender a luxuosa residência do vice-presidente, o Jaburu, já que o vice não faz nada, a não ser política ou politicagem. Mas quem o compraria? Daria um hotel? Sem condição.





Cita-se muito como um bom ativo o velho prédio do Ministério da Fazenda, no Centro do Rio. De novo, quem compraria um edifício deteriorado, precisando de reformas, num momento em que sobram prédios comerciais?

Todos admitem que há problemas nas contas públicas. Já é um avanço. O próximo passo é admitir que a crise fiscal é muito grave, urgente e, pois, sem soluções simples. Há dois pontos aqui: primeiro, o candidato entender o tamanho da encrenca; segundo, mostrar isso ao eleitorado e convencê-lo de que não há solução fácil.

## Ao fechar o Orçamento

A dúvida com a qual o governo se batia ontem, de incluir ou não, no Orçamento de 2019, o reajuste do salário do funcionalismo federal foi criada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Quando eles aumentaram seus próprios salários, ficou mais difícil o caminho de tentar negar o mesmo para os servidores civis do Executivo. O Orçamento deve ter um pouco mais do que se esperava para gastos discricionários, mas menos do que em 2018.

As contas estão sendo finalizadas, e o Orçamento deve ser enviado ao Congresso na sexta-feira, mas a ideia é que se consiga deixar acima de R\$ 100 bilhões o valor que o próximo governo terá para movimentar, com mais liberdade, no seu primeiro ano. Parece muito, e é na verdade em torno de 9% do Orçamento. E aí estão incluídos todos os gastos de custeio e todos os investimentos. A ideia inicial é que ficaria em torno de R\$ 90 bilhões, mas as contas estão um pouco melhores.

De qualquer maneira, confirma-se a tendência de queda anual do valor que fica para o gasto não engessado. Não há a menor possibilidade de governar o Brasil daqui para diante se este problema do excesso de vinculações não for enfrentado. O gasto da previdência e de pessoal tem aumentado todos os anos, comendo exatamente a margem para o gasto do governo com seus projetos, investimentos e custeio da máquina.

No caso do salário dos servidores, o erro do governo Temer foi ter concordado com os reajustes já aprovados pela ex-presidente Dilma, mas ainda não enviados para o Congresso, e ter acolhido os pedidos feitos por outras áreas do funcionalismo. Concedeu aumentos escalonados até 2019. Tentou voltar atrás no Orçamento de 2018 e não conseguiu.

O ministro Ricardo Lewandowski deu uma liminar suspendendo o adiamento no final do ano passado, e o governo teve que desistir da ideia. Agora, enfrenta o dilema de mandar ou não novo pedido de adiamento da parcela de 2019. Ontem, o governo fechou acordo para o aumento do STF. E como o tribunal, que reajustou seus próprios salários, reagirá diante de algum pedido do funcionalismo? Que chance tem isso de passar pelo Congresso?

Isso é que tem pesado, apesar de a Fazenda ter dito ao Planalto que o melhor seria fazer a proposta de não aumentar. Diante da extrema dificuldade fiscal, no sexto ano de déficit primário, é um erro, na opinião da Fazenda, reajustar os salários. O problema é que esse congelamento salarial será apenas para os civis porque os militares já estão com reajuste garantido.

O que se pouparia no caso de adiamento seriam R\$ 6 bilhões. Os governos têm aumentado sempre a despesa federal primária, às vezes ela

cai um pouco, mas depois volta à dinâmica anterior. Em 1997 era 14%. Em 2002 estava em 15,9%. Em 2008 foi de 16,2%, subiu para 17,3% em 2009 e nova alta para 18,1% em 2010. No começo do governo Dilma caiu um pouco, mas depois voltou a subir. Como houve contabilidade criativa é difícil confiar em alguns dos números do governo Dilma.

O fato é que, depois de cair para 16,7% em 2011, subiu para 18,3% em 2014. Em 2015 chegou a 19,6%. A trajetória é insustentável. Sem reforma da Previdência e com a mudança demográfica acelerada que o Brasil está vivendo, fica ainda mais impossível manter esse ritmo de alta nas despesas. Nesses casos acaba faltando para o indispensável, como o Censo. O governo estava ontem negociando formas de aumentar a verba para o IBGE que em 2019 preparará o Censo.

O Brasil já cometeu o equívoco de não fazer um censo na época certa, em 1990, no primeiro ano do governo Collor. A série estatística brasileira registra que a pesquisa foi feita em 1991. Depois no governo Dilma não foi feita a contagem da população de 2015. Agora não podemos correr o risco de um Censo menos abrangente por não haver recursos. Esses dados do IBGE são fundamentais para o país, são a base de inúmeros estudos e das políticas públicas.

## Um auxílio por um reajuste



Detalhes: Michel Temer deve anunciar hoje com ministro Dias Toffi do STF, para ajustar o texto que deve ser encaminhado ao Congresso com a proposta de reajuste ao Ingresso da Justiça Federal

*Temer e STF selam acordo para aumento de 16,38%*

LETICIA FERNANDES,  
MARTHA BECK E CAROLINA  
BRÍGIDO

O presidente Michel Temer fechou um acordo com o Judiciário para incluir o reajuste salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no Orçamento de 2019, que será enviado amanhã ao Congresso. Para evitar que o aumento, de 16,38%, impacte ainda mais as contas públicas, os ministros da Corte se comprometeram a mandar ao Legislativo uma proposta acabando com o auxílio-moradia, embora o fim do benefício não elimine o custo com o reajuste.

Com o objetivo de reduzir seu desgaste com as demais carreiras do funcionalismo, Temer também

desistiu de encaminhar ao Congresso uma proposta para adiar o reajuste salarial dos servidores públicos de 2019 para 2020. Segundo técnicos do governo, a medida representaria uma economia de R\$ 6,9 bilhões para os cofres públicos e era importante para o fechamento das contas do ano que vem.

No caso do Judiciário, interlocutores do Planalto afirmaram que o STF vai entregar ao governo ainda hoje uma proposta orçamentária na qual o reajuste será compensado integralmente pela extinção do auxílio. O reajuste depende de aprovação do Congresso.

— Já está resolvido, o auxílio deixa de existir e incorpora o aumento no salário. A proposta vale para todo o Judiciário federal — afirmou o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

De acordo com a consultoria de orçamento da Câmara, existe uma diferença de cerca de R\$ 350 milhões entre o valor do reajuste e o valor da extinção do auxílio-moradia. Segundo técnicos, o aumento salarial no Judiciário e Ministério Público deve gerar impacto de R\$ 930 milhões, enquanto o fim do auxílio para o mesmo setor deve gerar economia que varia de R\$ 530 milhões a R\$ 600 milhões.

A conta não contempla o efeito cascata que o aumento de salário no Judiciário vai gerar. Há dois tipos de impacto: o primeiro é o reajuste automático nos vencimentos de magistrados de tribunais superiores, como STJ e TSE, além dos tribunais de Justiça dos estados, todos atrelados aos vencimentos dos ministros do STF. O segundo impacto é no teto do funcionalismo federal, que tem o subsídio da suprema Corte como o valor máximo a ser pago a qualquer servidor público. A comissão de Orçamento do Congresso sequer consegue calcular hoje o impacto final da mudança.

Pelas contas do Ministério do Planejamento, o aumento nos salários dos ministros terá impacto de R\$ 250,1 milhões por ano nas despesas do Executivo. Para 5.773 servidores civis que têm remuneração superior ao teto do funcionalismo e sofrem descontos em seus contracheques para se adequar ao limite, fixado hoje





em R\$ 33,7 mil, o impacto será de R\$ 243,1 milhões. Além disso, o reajuste também terá repercussão sobre os salários do presidente, vice-presidente e ministros que estão sujeitos à regra do abate-teto. Neste caso, o impacto é de R\$ 7 milhões por ano.

#### ENCONTRO COM TOFFOLI

Temer deve encontrar hoje o ministro Dias Toffoli, que assume a presidência do STF no dia 13 de setembro, para fechar os detalhes do projeto. O presidente começou a negociar o acordo em conversas com Toffoli e o ministro Luiz Fux na semana passada.

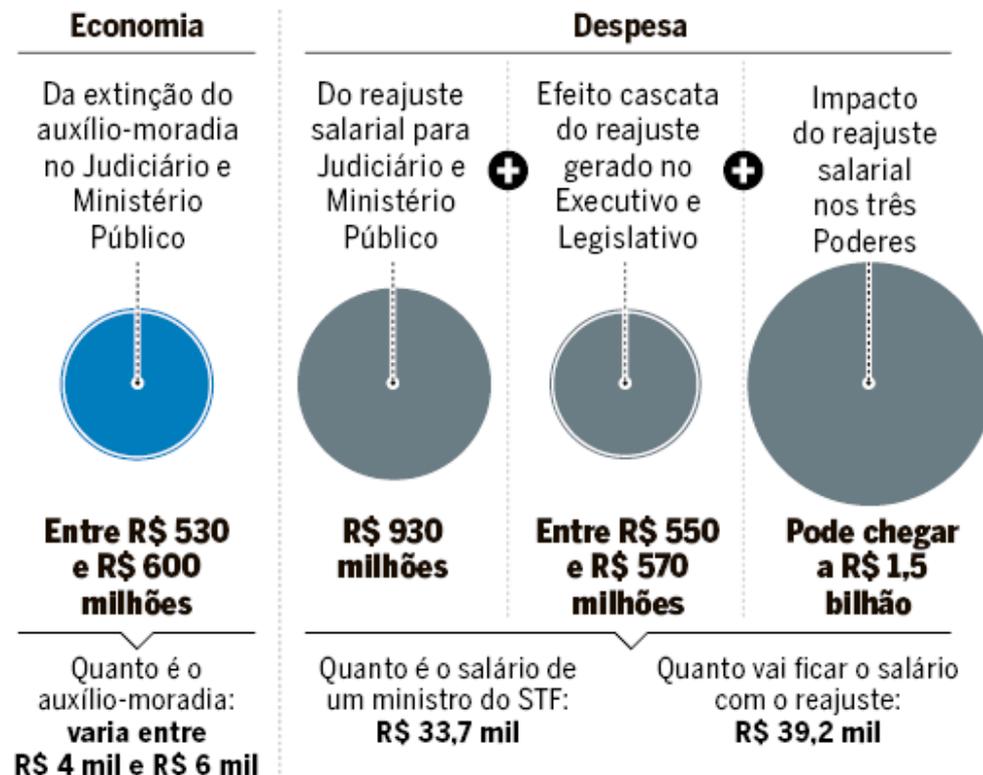
Depois do acerto com o governo, o Supremo deve derrubar, em

plenário, a regra atual do auxílio-moradia. Hoje, ele é concedido a todos os magistrados, mesmo que já tenham imóveis e não precisem pagar o aluguel. A tendência é a Corte reduzir o pagamento apenas a casos específicos, quando o magistrado não tiver imóvel na cidade, não houver imóveis funcionais disponíveis, e mediante a apresentação de recibo do pagamento do aluguel.

No STF, a definição do assunto é tratada como prioridade. Toffoli já sinalizou a colegas o desejo de encerrar logo a análise de casos relacionados a pagamentos ao Judiciário.

(Colaborou Renata Mariz)

## IMPACTOS PARA 2019



Fonte: consultoria de orçamento da Câmara

Editoria de Arte

## Temer libera aumento salarial para Judiciário e servidores

*Reajustes deixam como herança adicional R\$ 8 bi para próximo presidente*

Brasília- O presidente Michel Temer decidiu conceder o reajuste salarial para juízes federais e também para os servidores públicos da União.

Essas medidas impedirão o governo de economizar, pelo menos, R\$ 8 bilhões no Orçamento do próximo ano.

A equipe econômica queria adiar o reajuste dos servidores federais para 2020 para garantir a maior parte dessa economia (R\$ 6,9 bilhões, em 2019). Mas, nesta quarta-feira (29), Temer fechou acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) concedendo o reajuste de 16,38% para o Judiciário federal em troca do fim do auxílio-moradia.

Diante dessa situação, o presidente ficaria em uma saia justa se não concedesse o aumento para

os servidores do Executivo. Os reajustes — de 4,75% a 6,65% — foram negociados em 2015, mantidos por Temer quando assumiu e programados para os anos seguintes para mais de uma centena de carreiras.

Cálculos de técnicos da Câmara dos Deputados indicam que o acordo com o Judiciário federal acarretará mais R\$ 930 milhões somente com despesas decorrentes do aumento salarial para juízes. A conta pode chegar a R\$ 1,1 bilhão considerando servidores do Executivo com rendimentos atrelados ao teto do Supremo. Com o reajuste, esse patamar passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.

O Judiciário convenceu o presidente de que o aumento salarial poderia ser compensado pelo fim do auxílio-moradia de R\$ 4,3 77 mil para os juízes. Apesar disso, os técnicos da Câmara preveem que será preciso fazer cortes nos investimentos, fundamentais para a retomada econômica.

O Palácio do Planalto confirmou que o assunto está em análise pelos técnicos do Ministério do Planejamento, que entregará o Orçamento do próximo ano ao Congresso nesta sexta-feira (31) com a previsão de reajuste.

Os ministros do STF Dias Toffoli e Luiz Fux negociaram diretamente com Temer e definiram como o processo será conduzido.

O reajuste já foi aprovado pela Câmara, em 2015. Assim que o Senado aprovar esse projeto, o auxílio-moradia será colocado em discussão no STF. Pelo arranjo, tudo isso deve ocorrer depois da eleição.

Paralelamente, o Congresso também, de acordo com o Planalto, deve impulsionar um projeto de lei acabando com o auxílio-moradia em todos os níveis. "Em princípio é isso que vai acontecer", disse o ministro da Casa Civil, Eli-seu Padilha.

Os presidentes da Câmara e do





Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Eunício Oliveira (MDB-CE) também participaram das conversas.

O pagamento de auxílio-moradia está sendo feito graças a uma liminar concedida monocraticamente por Fux em 2013. A tendência é que a maioria do Supremo se pronuncie pelo fim do benefício para juízes que recebem o auxílio mesmo trabalhando na mesma cidade em que moram.

A ideia é que o auxílio seja mantido somente em casos justificáveis, onde há difícil provimento de juízes. A preocupação que os representantes do Judiciário levaram a Temer é que não seria possível abrir mão nas duas frentes: o reajuste e o auxílio-moradia.

O pagamento do benefício gerou controvérsias porque, em boa parte, era direcionado a magistrados que tinham até mais de um imóvel no local onde trabalham.

A Receita Federal chegou a autuar juízes em todo o país por considerar o auxílio parte do salário. O fisco cobra o Imposto de Renda supostamente devido. O acordo

pacifica o assunto.

Os juízes federais aposentados serão os mais favorecidos, pois hoje não recebem o auxílio por estarem retirados e terão seus vencimentos corrigidos como os da ativa.

Apesar do acerto de contas que permitirá incluir o reajuste do Judiciário no Orçamento, técnicos da Câmara calculam que haverá um buraco a ser coberto. Isso porque a economia gerada com o fim do auxílio-moradia seria inferior ao aumento de gastos gerado pelo reajuste.

Segundo os técnicos da Câmara, o benefício custa R\$ 530 milhões por ano.

O Judiciário reivindica a alta de 16,38% como uma correção de perdas inflacionárias, causa reconhecida desde 2015, e que pressupõem perdas de 40% nas contas dos juízes.

Assessores de Temer afirmam que o acordo com o Judiciário não engloba a magistratura estadual. Cálculos iniciais de técnicos da Câmara indicam que o efeito cascata

nos estados pode chegar a R\$ 2,5 bilhões.

Nas negociações com os ministros do Supremo, o governo quis amarrar o fim do benefício na magistratura estadual. Mas os ministros afirmaram que não era possível vincular os estados no acordo.

Embora o presidente tenha se convencido que as medidas serão neutras e não aumentarão os gastos do Judiciário, os técnicos da Câmara preveem cortes nos investimentos.

Para eles, será preciso destinar mais recursos do Orçamento do Executivo para compensar o estouro do teto pelo Judiciário federal — que estava estimado em R\$ 1,8 bilhão, sem o reajuste. Somando com o descumprimento do teto pelos demais Poderes, o valor já chegaria a R\$ 2,2 bilhões.

Agora, com o reajuste, o Executivo bate no teto das compensações orçamentárias de outros poderes previsto em lei.

Gustavo Uribe, Talita Fernandes, Mariana Carneiro e Julio Wiziack

## Presidente ignora gravidade da crise, dizem economistas

São Paulo- Economistas criticam duramente a decisão do governo Temer de manter o reajuste dos servidores federais em 2019 e também o do Judiciário, este último em acordo fechado com o STF (Supremo Tribunal Federal).

"Brasília ainda não entendeu o tamanho da crise fiscal em que se encontra o país. Ajustes salariais a essa altura da crise mostra que os grupos de pressão continuam tendo muita força para impor suas demandas ao Executivo", diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Para Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman, as medidas mostram que o Brasil precisa enfrentar as distorções de um modelo de máquina pública que serve a todos, menos aos cidadãos.

Para a ex-secretária de Finanças de Goiás, o setor público está em processo de autofagia. "Hoje se concedem aumentos salariais, benefícios e privilégios a custa de

investimento. Amanhã será a custa de remédios, escolas, merenda escolar. Está claro que batemos num muro e só não ver quem não quer", diz.

As movimentações, diz Vale, indicam a dificuldade que será aprovar a reforma da Previdência. "Sendo isto verdade o risco de voltarmos à crise é muito grande", diz.

Nas contas de Fernando Montero, economista-chefe, consultoria Tullett Prebon, nos primeiros três anos do teto dos gastos, de 2017 a 2019, o governo federal terá aumentado seus proventos (ativos e inativos) R\$ 38,1 bilhões, descontada a inflação do período.

Para José Roberto Afonso, pesquisador Ibre/FGV, a Lei de Responsabilidade Fiscal restringe contratação e aumentos salariais em ano eleitoral. "Logo, não é problema de opinião mas de controle".

Flavia Lima

## Um recuo desastroso

É desastrosa para as finanças públicas a decisão do presidente Michel Temer de não mais adiar para 2020 o reajuste dos vencimentos dos funcionários do Executivo inicialmente programado para o próximo ano. A desistência do presidente de editar medida provisória suspendendo os aumentos em 2019 é também péssima para os contribuintes, para o necessário ajuste das contas públicas que o próximo presidente da República terá de conduzir e, conseqüentemente, para o desempenho da economia.

Apesar da grave crise fiscal que ameaça paralisar atividades de importantes órgãos federais, e por isso exige medidas drásticas de contenção de despesas, o presidente Michel Temer parece ter se rendido a pressões corporativas. A mais notória delas foi feita pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que aprovaram uma proposta orçamentária para 2019 com aumento de 16,38% nos próprios vencimentos, com impacto em cascata sobre outros salários do Poder Judiciário. Além de confirmar que manterá o reajuste dos servidores em geral, Temer informou que estão em fase adiantada os estudos para a concessão do aumento pedido pelos ministros do STF.

Agindo desse modo, o presidente da República tenta, segundo se informa, reduzir seu desgaste político. Que desgaste, no entanto, poderá ser mais corrosivo para um governante em fim de mandato, com baixíssimo prestígio popular, do que o causado por uma decisão que denota tibieza na gestão de recursos do contribuinte?

O adiamento do reajuste – que foi proposto no Congresso, mas não aprovado, durante a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 – era considerado essencial pela equipe técnica dos Ministérios da área econômica. A medida propiciaria uma redução de gastos com a folha de pessoal que abriria espaço para a cobertura de despesas essenciais de custeio para as quais não há recursos. O aumento generalizado para o funcionalismo federal torna ainda mais difícil para o futuro governo a tarefa de cumprir a meta fiscal e de respeitar o teto dos gastos públicos.

A falta de coragem dos políticos para lidar com temas que podem causar alguma reação negativa em ano eleitoral havia ficado clara no mês passado, quando da votação do projeto de LDO no Congresso. A matéria submetida a votação era o substitutivo do senador Dalírio Beber (PSDB-SC), que, entre outros itens, acrescentara à proposta original do Executivo a proibição da concessão de reajustes aos servidores e a criação de cargos no serviço público no próximo ano. A proposta foi derrotada, mas os problemas continuam do mesmo tamanho.

Os gastos com pessoal compõem a segunda maior despesa primária do governo, superados apenas pelas despesas com a Previdência Social. Neste ano devem alcançar R\$ 302,5 bilhões, o que representa 22% de toda a despesa primária. Um reajuste de acordo com o IPCA do ano anterior (ou seja, de 2017, que ficou em 3,5%), como tem ocorrido, implica aumento de R\$ 10,6 bilhões na folha. Considerados apenas os servidores do Executivo, o reajuste implica gastos adicionais de R\$ 6,9 bilhões.

Com o recuo do governo, os técnicos da área econômica concluem uma nova versão do projeto de lei de Orçamento da União para 2019 – que deve ser enviada ao Congresso até amanhã – na qual, obviamente, recursos anteriormente destinados para outras finalidades terão de ser reduzidos, para cobrir os gastos adicionais com o funcionalismo.

Já neste exercício os Ministérios pedem R\$ 10,2 bilhões para cobrir seus gastos essenciais, mas a folga contabilizada pelo Tesouro é de apenas R\$ 666 milhões. Dinheiro de outras áreas está sendo remanejado para cobrir cerca de R\$ 1,4 bilhão de despesas consideradas de emergência. Para 2019, a falta de previsão de recursos orçamentários já preocupava órgãos responsáveis por programas e projetos essenciais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável por bolsas de pesquisa científica, e o IBGE, que prepara o Censo Demográfico 2020. Como eles ficarão?

## Com aumento para servidores, folha da União cresce 14% acima da inflação

Orçamento. Sucessivos reajustes concedidos aos funcionários públicos geram impacto de R\$ 38 bilhões a mais nas despesas do governo com salários, aposentadorias e pensões em três anos; próximo presidente herdará conta extra de R\$ 6,9 bilhões

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Com a decisão do presidente Michel Temer de não barrar o reajuste dos servidores públicos no ano que vem, a folha de pagamento do funcionalismo da União vai crescer 13,7% acima da inflação de 2017 a 2019. Com forte pressão no Congresso, essas categorias conseguiram emplacar aumentos salariais que correspondem a R\$ 38,1 bilhões a mais de despesas nas contas do governo federal.

O sucessor de Temer terá de arcar já no ano que vem com um aumento real de 4,4% nas despesas com o pagamento de salários, aposentadorias e pensões, segundo cálculos do economista-chefe da Tullet Prebon, Fernando Montero. São R\$ 6,9 bilhões que teriam sido economizados, caso o presidente tivesse decidido bancar o adiamento nos reajustes como propôs a equipe econômica. A remuneração dos servidores é bancada por tributos pagos por toda a população.

Com os sucessivos aumentos

salariais concedidos ao funcionalismo desde 2017, o custo salarial dos servidores para cada brasileiro aumenta em R\$ 150, a partir de 2019, para R\$ 1.501 ao ano. Os funcionários públicos ganham acima da média dos trabalhadores do País e também têm obtido reajustes maiores. No ano passado, o aumento da folha foi de 6,5% acima da inflação. Já neste ano, a alta real é estimada em 2,3%.

Enquanto isso, o rendimento médio dos brasileiros cresceu 2,4% acima da inflação no ano passado e aumentou 1,1% no segundo trimestre de 2018 ante igual período de 2017, segundo dados do IBGE. A taxa de desemprego no País chega a 12,4% da força de trabalho. Com os reajustes, o governo terá de cortar outras despesas, como investimentos, para equilibrar o Orçamento, colocando em risco o funcionamento da máquina pública.

O teto de gastos, criado em 2017 para vigorar por 20 anos, prevê que os gastos do governo não podem crescer em ritmo superior ao da inflação. Mas, nos primeiros três anos de sua vigência, as despesas com salários dos servidores federais invariavelmente furam este critério. O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Claudio Damasceno, diz não ver fundamento nesse tipo de análise.

“O funcionário público não é o vilão pelo fato de o País não conseguir fazer investimentos. O que mais consome o dinheiro do Orçamento é pagamento de juros da dívida pública, não o sustento da máquina”, diz. Segundo dados do Ministério do Planejamento, a folha salarial é a segunda maior despesa primária do governo, atrás apenas dos benefícios previdenciários.

Na lei que estabelece as diretrizes para o Orçamento do ano que vem, a previsão é que a folha custe R\$ 322 bilhões.

Impacto adicional.

Os cálculos de Montero não consideram o reajuste de 16,38% aprovado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) nos próprios salários. Temer admitiu ontem que negocia para conceder esse aumento em troca do fim do auxílio-moradia – um dos penduricalhos que levam muitos juízes a ganhar acima do teto do funcionalismo, hoje em R\$ 33,7 mil mensais.

Como o reajuste dos ministros levará esse teto para R\$ 39,2 mil mensais, servidores de outros poderes passarão a receber mais automaticamente. Só para a União, o custo adicional pode ser de R\$ 1,4 bilhão em 2019, incluindo todos os Poderes.



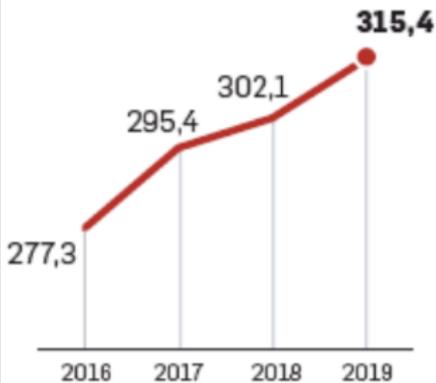


## FATURA MAIS CARA

● Despesa com folha de pagamento tem crescido acima da inflação e uma fatia maior dos tributos pagos pelos brasileiros banca salários de servidores

### Custo com folha de pagamento

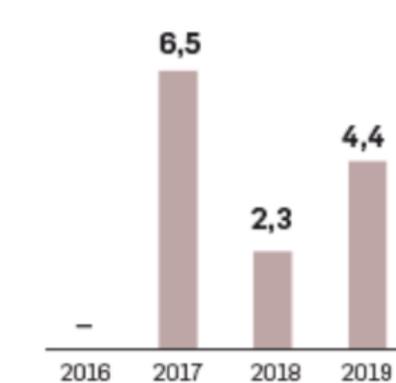
EM BILHÕES DE REAIS  
EM VALORES DE JUNHO/2018



### Alta real

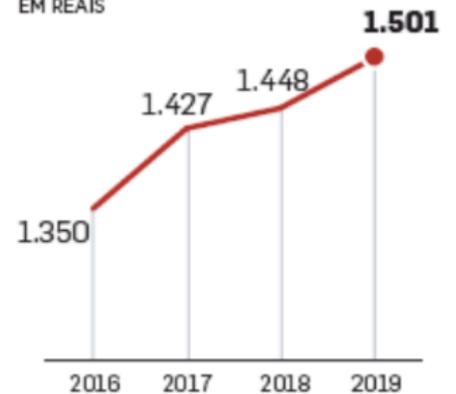
Acima da inflação

EM PORCENTAGEM



### Quanto cada brasileiro paga pela folha do funcionalismo

EM REAIS



FONTE: TULLET PREBON

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Com reajuste, governo terá de cortar investimentos

Próximo presidente terá R\$ 30 bi a menos em 2019 para investir e bancar a máquina pública após aumento salarial

Idiana Tomazelli/BRASÍLIA

Sem o adiamento do reajuste dos servidores de 2019 para 2020, o governo deve ter um espaço de R\$ 94 bilhões no ano que vem para fazer investimentos e bancar gastos como conta de luz e outras despesas não obrigatórias. O valor, considerado “extremamente baixo” pela equipe econômica, é R\$ 30 bilhões inferior ao deste ano. “O próximo presidente já vai começar o governo com a tarefa de fazer cortes no Orçamento”, afirmou a pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV IBRE, Vilma Pinto.

“Em 2017, com mais recursos do que o previsto para 2019, até a emissão de passaportes chegou a ser paralisada por falta de verba.” Para Vilma, o ideal para manter o funcionamento da máquina pública seria que essas despesas não obrigatórias tivessem orçamento entre R\$ 115 bilhões e R\$ 120 bilhões por ano. “É provável que os investimentos continuem insuficientes para cobrir apenas a manutenção do patrimônio público

no próximo ano”, completou.

Caso a proposta de adiamento fosse levada adiante, a folga para as despesas não obrigatórias seria de R\$ 101 bilhões. Mas Temer confirmou ao Estadão/ Broadcast que desistiu de insistir na medida. A economia esperada com a postergação dos aumentos desses servidores seria de R\$ 6,9 bilhões – maior do que o impacto total de R\$ 1,4 bilhão para a União ao reajustar os salários dos ministros do STF e do Judiciário.

A medida era considerada essencial pela equipe econômica para reduzir despesas obrigatórias no Orçamento do ano que vem e abrir espaço dentro do teto (mecanismo que proíbe que os gastos cresçam em ritmo superior à inflação) para bancar gastos com custeio dos órgãos e ministérios, já estrangulados pela falta de recursos.

Investimentos.

A tesourada deve se concentrar principalmente nos investimentos, já que os gastos que garantem o funcionamento do governo estão muito próximos do limite mínimo.

Segundo apurou a reportagem,

os investimentos totais devem ficar na casa dos R\$ 35 bilhões no ano que vem. No ano passado, esses gastos somaram R\$ 45,7 bilhões. Já no primeiro semestre de 2018, foram R\$ 21,2 bilhões em investimentos. Uma fonte da área econômica avalia que a decisão de Temer implica entregar para o próximo presidente da República um Orçamento muito mais apertado e de difícil execução, o que pode elevar a pressão por mudanças no teto de gastos.

Segundo essa fonte, o próprio governo que criou o limite de despesas está inviabilizando sua implementação. O Banco Mundial divulgou nesta semana recomendações aos presidentiáveis que incluem a retirada dos investimentos do alcance do teto de gastos, justamente porque o avanço das despesas obrigatórias como salários e benefícios previdenciários tem achatado qualquer gasto “produtivo”. A instituição lembrou que o investimento público tem potencial maior para alavancar o crescimento econômico.

COLABOROU EDUARDO RODRIGUES

## STF terá auxílio-moradia incorporado ao salário

Se projeto for aprovado, salário de ministros terá avanço de R\$ 5,5 mil; hoje, o auxílio-moradia concedido aos magistrados é de R\$ 4,3 mil

João Domingos / BRASÍLIA

O presidente Michel Temer confirmou ao 'Estadão/Broadcast' que enviará ao Congresso projeto para permitir o reajuste do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de 16,38%, que eles mesmos aprovaram. O aumento será concedido em contrapartida à derrubada do auxílio-moradia dos juízes. Considerado o teto do funcionalismo público, a remuneração atual dos ministros do STF é de R\$ 33.763,00 e pode subir para R\$ 39.293,32, um aumento de R\$ 5,5 mil.

Atualmente, o auxílio-moradia concedido a membros da magistratura incrementa o salário em média em R\$ 4,3 mil. O reajuste pode gerar uma fatura extra de até R\$ 4,1 bilhões, a ser dividida entre os Poderes da União e dos Estados, segundo cálculo das consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado. Só na folha do Executivo,

o aumento nos salários dos ministros terá impacto de R\$ 250,1 milhões por ano nas despesas.

Hoje 5,8 mil servidores civis têm remuneração superior ao teto do funcionalismo. O reajuste também terá repercussão sobre os salários do próximo presidente da República e de seu vice. O presidente contou, em reunião com o futuro presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e o ministro Luiz Fux, que recebeu deles relatório segundo o qual o auxílio-moradia, já previsto no Orçamento, cobre a previsão de aumento salarial. "As coisas se encaixam perfeitamente", afirmou.

Transparência.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, o auxílio-moradia será pautado pelo STF assim que o projeto de reajuste de R\$ 16,38% for aprovado no Congresso. Essa proposta já havia sido colocada em discussão na Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU) e consta de documento encaminhado ao STF em junho, depois de três meses de negociação sobre o auxílio-moradia sem que houvesse um acordo.

Procurados pela reportagem, Toffoli e Fux não se pronunciaram oficialmente.

Para que o arranjo se transforme em um projeto de lei, faltam alguns detalhes técnicos e legais. Em seguida, com a concordância de todos, será enviada ao Congresso. A ideia é que seja aprovada depois da eleição. Levando-se em conta que o salário dos ministros do STF serve de base para o teto salarial, e que os vencimentos do Legislativo e do Judiciário o acompanham, um acordo para aprovar o reajuste salarial do Supremo não será difícil de ser conquistado, avalia Temer.

"Cheira muito mal um presidente investigado por corrupção negociar com integrantes da mais alta Corte a viabilização de um aumento salarial que eles mesmo se concederam", criticou o relator do projeto que regulamenta o teto remuneratório, que pretende limitar os "penduricalhos" nos salários de servidores, deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Para ele, chega a ser uma "irresponsabilidade de ambas as partes".

## Aumentos salariais vão custar R\$ 15 bi em 2019



Segundo Ana Paula Vescovi, elevação da folha de pagamento vai implicar corte de investimentos para que teto de gastos seja cumprido

O presidente Michel Temer não acatou a proposta da equipe econômica e vai pagar, em janeiro do próximo ano, a última parcela do reajuste salarial de servidores civis referente ao acordo firmado por ele em 2016. O aumento, que o ministério da Fazenda e o do Planejamento queriam adiar para 2020, estará no projeto de Orçamento de 2019, que será enviado ao Congresso amanhã. Com isso, os gastos com a folha de pessoal terão incremento de R\$ 6,9 bilhões. Temer ainda admitiu conceder reajuste de 16,38% para o Judiciário — que levará os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para R\$ 39 mil — em troca do fim do auxílio-moradia a juízes. Esse aumento, que custará mais de R\$ 4 bilhões por ano, foi acertado com o

STF. Também está garantida a correção dos vencimentos dos militares, uma fatura de R\$ 4,1 bilhões. Ao todo, os reajustes somarão pelo menos R\$ 15 bilhões.

Após participar do seminário Correio Debate: ICMS no setor de combustíveis, realizado ontem na sede do Correio, a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, informou que, para bancar os reajustes salariais, o governo terá de cortar despesas discricionárias, como investimentos e custeio administrativo, a fim de acomodar o aumento da folha no limites do teto de gastos, que foi instaurado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

“O ajuste fiscal será feito de qualquer forma, porque existe o teto

de gastos”, afirmou Ana Paula. A secretária disse que há vários mecanismos para fazer o ajuste e respeitar a meta fiscal, que é de déficit de até R\$ 139 bilhões no ano que vem. “Dentro desse espectro, as escolhas precisarão ser feitas pelos agentes envolvidos — e esse processo ocorre dentro do regime democrático”, destacou, citando os gatilhos que serão acionados caso a regra do teto seja descumprida. “Quando houver esse escape (da regra do teto), há impedimento para criar programas, dar incentivos fiscais, corrigir despesas obrigatórias acima da inflação e contratação de concursos”, elencou.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, a previsão para as despesas discricionárias (que podem ser cortadas) é de R\$ 98,4 bilhões, valor R\$ 30,5 bilhões inferior ao deste ano. O PLDO foi elaborado com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3% no ano que vem, mas a mediana das estimativas do mercado está em 2,5%. Portanto, o governo, provavelmente, precisará reduzir a estimativa de arrecadação para ajustá-la a menor taxa de expansão da economia.

Durante o seminário, Ana Paula defendeu uma reforma fiscal, porque o país atravessa uma crise “sem precedentes”. “Temos defendido redução de despesas obrigatórias, e





continuamos defendendo, porque temos espaço mínimo (para cortes), que provavelmente será de 6% de despesa discricionária (em 2019)”, afirmou. Ela frisou que a inflação e os juros só estão baixos, porque existe o teto de gastos.

### **Riscos**

Os reajustes do Executivo e do Judiciário terão efeito cascata na folha de pagamento de toda a esfera pública, incluindo estados e municípios, já que o teto salarial do funcionalismo vai saltar para R\$ 39 mil. Para a especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o efeito disso nas contas de estados e municípios poderá ser devastador. “O impacto desse reajuste vai ser o descumprimento da meta fiscal. Tudo indica que a União vai ter que sacrificar o investimento, e isso é o pior dos mundos. O STF deveria ter sido mais prudente e considerar a real dimensão do reajuste nos municípios e nos estados, que estão com as contas muito abaladas”, alertou.

Apesar da tranquilidade mostrada pela secretária do Tesouro, analistas destacam que, com os sucessivos aumentos de despesas, a sobrevivência do teto de gastos estará ameaçada a partir do próximo

ano. A tendência seria suprimir o limite justamente para evitar a aplicação dos gatilhos previstos no caso de descumprimento da regra. A flexibilização da norma não é descartada, inclusive, por candidatos à Presidência.

Uma das principais críticas ao teto é a de que ele foi instituído antes de ter sido aprovada a reforma da Previdência, que permitiria o controle das contas públicas. “O governo Temer começou a reforma pelo teto, mas como a base está podre, é lógico que ele pode ruir”, alertou o especialista em direito tributário e constitucional Fernando Zilveti, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

“Desse jeito, a reforma fiscal não vai dar certo. Se os ministros do Supremo aumentam os vencimentos, o mesmo deve ocorrer no Legislativo. Isso gera mais dívida e pode estourar o teto. O próximo presidente vai assumir já sob risco de impeachment por crime de responsabilidade fiscal”, alertou Zilveti. “Há uma contradição nesse processo. Se os guardiões da Constituição legislam em causa própria, correndo o risco de furar a meta, a medida se torna inconstitucional, porque não está preservando a estabilidade do Estado”, criticou.